

DOSSIÊ TEMÁTICO: Pesquisas em História da Educação: desafios passados e contemporâneos

 <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i38.5994>

**DE REGRAS E SENTIMENTOS: DISCURSOS CIVILIZATÓRIOS NA SÉRIE DE
LEITURA *PEDRINHO* E NA REVISTA *PAIS & FILHOS***

OF RULES AND FEELINGS: CIVILIZATION SPEECHES IN THE *PEDRINHO*
READING SERIES AND THE *PAIS & FILHOS* MAGAZINE

DE REGLAS Y SENTIMIENTOS: DISCURSOS CIVILIZATORIOS EN LA SERIE DE
LECTURA *PEDRINHO* Y EN LA REVISTA *PAIS & FILHOS*

Liana Pereira Borba dos Santos
Colégio Pedro II - Brasil

Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina - Brasil

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as permanências e discontinuidades dos discursos civilizatórios veiculados em impressos educacionais que procuraram regerar aspectos da saúde física e moral na segunda metade do século XX. Com este intento, estabeleceram-se como fontes de investigação a *Série de Leitura Graduada Pedrinho*, de Lourenço Filho, que circulou na escola pública primária em todo o Brasil, nas décadas de 1950/1960, e a revista mensal *Pais & Filhos*, especificamente uma amostra de edições dos anos de 1960 a 1980. Pautadas nas discussões sobre o processo civilizatório empreendidas por Norbert Elias, convém registrar que no período posterior à Segunda Guerra Mundial, ocorreu a reinvenção de formas de convivência, do sentimento de pertença e de distinção social. Nesse contexto, a produção e a circulação de impressos que divulgavam enunciados de cunho civilizatório, nos mais variados suportes materiais e textuais, configuravam “dispositivos discursivos e institucionais que, em uma dada sociedade, visam a disciplinar o corpo e as práticas e modelar os comportamentos e os pensamentos” (CHARTIER, 2003, p. 155). As publicações examinadas circularam tanto na instituição escolar, em uma perspectiva de educação escolarizada, como fora dela (entre pais e mães) e contribuíam para, via leitura, internalizar hábitos, condutas, valores que foram produtores de regras sobre práticas de saúde e orientações para uma perfeita conduta pessoal, moral e social.

Palavras-chave: Discurso civilizatório. Imprensa educacional. Infância.

Abstract: The present article aims to analyze the permanences and discontinuities of the civilizatory discourses propagated in educational forms that sought to regulate aspects of physical and moral health in the second half of the twentieth century. With this intent, on examine the *Pedrinho Graduate Reading Series*, by Lourenço Filho, which circulated in the primary public school throughout Brazil in the 1950s and 1960s, and the monthly magazine *Pais & Filhos*, specifically a sample of editions from

the 1960s to the 1980s. Based on the discussions about the civilization process undertaken by Norbert Elias, it was found that the period after World War II was marked by the reinvention of forms of coexistence, of belonging and social distinction. In this context, the production and circulation of printed matter that disseminated civilizing contents, in the most varied material and textual supports, constituted “discursive and institutional devices that, in a given society, aim at disciplining the body and practices and model behaviors and the thoughts” (CHARTIER, 2003, p.155). The publications examined were circulated both in the school institution and from outside, between parents. In addition, they contributed to internalizing habits, behaviors, values that were the producers of rules on health practices and guidelines for a perfect personal, moral and social conduct.

Keywords: Civilizing discourse. Educational Press. Childhood.

Resumen: El presente artículo analiza las permanencias y discontinuidades de los discursos civilizatorios vehiculados en impresos educativos que procuraron registrar aspectos de la salud física y moral en la segunda mitad del siglo XX. La *Serie de Lectura Graduada Pedrinho*, de Lourenço Filho, que circuló en la escuela pública primaria en todo Brasil, en las décadas de 1950/1960, y la revista mensual *Pais & Filhos*, específicamente una muestra de ediciones de los años 1960 a 1980, fueron las fuentes de investigación. Pautas en las discusiones sobre el proceso civilizatorio emprendidas por Norbert Elias, conviene registrar que en el período posterior a la Segunda Guerra Mundial, ocurrió la reinención de formas de convivencia, del sentimiento de pertenencia y de distinción social. En este contexto, la producción y circulación de impresos que divulgaban enunciados de cuño civilizatorio, en los más variados soportes materiales y textuales, configuraban “dispositivos discursivos e institucionales que, en una determinada sociedad, apuntan a disciplinar el cuerpo y las prácticas y modelar los comportamientos y modelar los comportamientos y modelos los pensamientos” (CHARTIER, 2003, p. 155). Las Publicaciones examinadas circularon tanto en la institución escolar, en una perspectiva de educación escolarizada, como fuera de ella (entre padres y madres) y contribuían para, vía lectura, internalizar hábitos, conductas, valores que fueron productores de reglas sobre prácticas de salud y orientaciones para la salud una perfecta conducta personal, moral y social.

Palabras clave: Discurso civilizatorio. Prensa educativa. Infancia.

Introdução

Este trabalho visa analisar, em uma perspectiva histórica, as permanências e discontinuidades dos discursos civilizatórios veiculados em impressos educacionais que procuraram registrar aspectos da saúde física e moral na segunda metade do século XX, especificamente entre os anos 1950 e 1980. Com este intento, estabeleceram-se como fontes de investigação e, ao mesmo tempo, objetos de análise, a *Série de Leitura Graduada Pedrinho*, de Lourenço Filho, que circulou na escola pública primária em todo o Brasil, nas décadas de 1950/1960, e a revista mensal *Pais & Filhos*, especificamente uma amostra de edições dos anos de 1960 a 1980.

Os discursos educativos que tinham como horizonte de expectativa a formação de sujeitos autônomos e capazes de manter hábitos higiênicos ao longo da vida não são

específicos desse recorte histórico, em que se pese a recorrência histórica da associação do conceito de higiene às práticas educativas empreendidas por instituições como a escola e a família desde o século XIX¹.

Convém registrar que, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, ocorreu a reinvenção das formas de convivência, do sentimento de pertença e de distinção social, aspectos que permeavam a dimensão da saúde física e moral dos sujeitos. Ademais, pautadas nas discussões empreendidas por Norbert Elias, entende-se que a constituição de um processo civilizatório incide de modo especial sobre as crianças, com a finalidade de torná-las adultas civilizadas.

Na obra *O processo civilizador: uma história dos costumes*, o autor afirmou que a civilização inicialmente foi imposta por elementos de alta categoria social aos seus inferiores ou, no máximo, aos seus socialmente iguais. Só relativamente mais tarde, quando a classe burguesa, compreendendo um maior número de pares sociais, alcançou o poder de governo, foi que a família se tornou a principal instituição com a função de instilar o controle de impulsos. Para Elias, “só então a dependência social da criança face aos pais torna-se particularmente importante como alavanca para a regulação e moldagem socialmente requeridas dos impulsos e das emoções” (ELIAS, 1994, p. 142).

Nessa linha analítica, foi marcante na segunda metade do século XX a produção e a circulação de impressos que divulgavam discursos de cunho civilizatório, nos mais variados suportes materiais e dispositivos textuais, visando a internalização de regras para a construção das boas maneiras, dos bons modos, em suma, da boa educação, voltados para crianças e suas respectivas famílias. Tratavam-se, em grande medida, de “dispositivos discursivos e institucionais que visam a disciplinar o corpo e as práticas e modelar os comportamentos e os pensamentos” (CHARTIER, 2003, p. 155).

A *Série de Leitura Graduada Pedrinho* e a revista mensal *Pais & Filhos* foram, então, tomadas como objetos de análise e fonte de investigação por consistirem em impressos que circularam tanto na instituição escolar, em uma perspectiva de educação escolarizada, como entre mães e pais leitores. Em acréscimo, baseamo-nos no entendimento de que as publicações contribuíram para a internalização de hábitos, condutas e valores que foram produtores de regras sobre práticas de saúde e orientações para uma perfeita conduta pessoal, moral e social.

¹ José Gondra (2004), por exemplo, examinou as teses defendidas por médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre 1850 e 1890, que tinham a infância como foco. Naquele período, a higiene consistia em ramo de destaque da ciência médica e mobilizava iniciativas educativas de perspectiva física e moral, visando combater a “incivilidade” da população e construir uma nação “sadia”.

Série de Leitura Graduada Pedrinho, de Lourenço Filho

A *Série de Leitura Graduada Pedrinho* foi uma coleção de manuais escolares escrita entre 1953 e 1957, de autoria de Manoel Bergström Lourenço Filho (1897-1970), natural de São Paulo, e que foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação, em 1932. O Manifesto, inspirado nas ideias políticas de igualdade entre os homens e do direito de todos à educação, previa diretrizes da educação nacional e priorizava o ensino público, obrigatório, integral e laico.

Educador conceituado na formação do campo educacional brasileiro, e autor de numerosa obra, Lourenço Filho ocupou variados cargos ligados a área da educação o que lhe deu posição de prestígio no campo educacional brasileiro (MONARCHA, 1997, 2001). No início da década de 1950, com a carreira consolidada, Lourenço Filho ampliou o raio de sua atuação através da produção de manuais escolares - *Série de Leitura Graduada Pedrinho* - uma produção que dava continuidade à preocupação que havia sido iniciada já em 1928 com a publicação da *Cartilha do Povo*, que era destinada a alfabetização e socialização de crianças e adultos (BERTOLETTI, 2006).

Utilizados como livros de leitura para o curso primário, as séries graduadas emergem e se consolidam como manuais escolares quando da institucionalização dos grupos escolares, nos inícios do século XX. A *Série de Leitura Graduada Pedrinho* em análise compunha-se de quatro (4) livros e a referida cartilha que mantinham, nos volumes, a continuidade e o gradativo aprofundamento das lições, conforme o ano ou série a que se destinavam.

Tais leituras faziam parte de uma proposta de educação ligada a propósitos civilizadores caracterizados, inicialmente, pela ideia de construir o *bom cidadão*, como estudioso, obediente, leal, saudável e cuidadoso que pudesse fornecer, igualmente, alicerces para a construção de um futuro *cidadão industrial, empreendedor e cosmopolita*, objetivo este perseguido a partir da década de 1950.

A função civilizatória educativa se fazia presente nesta coleção em que a regulação social se dava pelas lições em que a civilidade, entendida como uma experiência historicamente construída e representada como um intenso esforço de controle dos comportamentos para abrandar as pulsões e movimentos do corpo e da alma (ELIAS, 1994), difundia um repertório de valores morais e cívicos como o amor ao trabalho, à família, à pátria, à ordem, à disciplina, à saúde, à moralidade e que contribuíram para conformar padrões e preceitos que os caracterizam como leituras de civilidades.

Largamente utilizados na educação escolar, as lições dadas a ler na *Série* continham regras e orientações que são, aqui analisados como um programa para as civilidades traduzido em textos. Neles, Lourenço Filho enfatizava, inicialmente, “os métodos de leitura e com o intuito de criar ou reforçar no aluno o gosto de ler, ou a necessidade de ler” (LOURENÇO FILHO, 1964), segundo discorre o próprio autor na contracapa do primeiro livro da *Série*.

Ao longo dos vários livros, condutas pessoais são reforçadas e os protocolos de civilidade centram-se na apresentação de modelos de comportamento necessários a um cidadão urbano e cosmopolita, com maior utilização de termos como *industrioso*, *produtivo*, *saudável e empreendedor*, enfatizados como necessários ao processo de desenvolvimento urbano (capitalista e cosmopolita) que se instaurava a partir da década de 1950, no Brasil. Nas leituras, a formação laica era afirmada constantemente, propósito compatível, aliás, com o ideário da chamada Escola Nova, tão cara ao autor². A *Série* como um todo foi editada pela Companhia Melhoramentos³, de São Paulo, de propriedade dos irmãos Weiszflog, empresa na qual Lourenço Filho foi um dos diretores.

Na década de 1950, concomitantemente ao seu retorno ao magistério e conjuntamente com seu trabalho de editor e consultor para a área de literatura infantil na Editora Melhoramentos, Lourenço Filho inicia, em 1953, a produção da *Série de Leitura Graduada Pedrinho*, proposta em cinco volumes e seus respectivos *Guias do Mestre*, a saber: *Pedrinho - livro I*, primeira edição em janeiro de 1953; *Pedrinho e seus amigos - livro II*, primeira edição em janeiro de 1954; *Aventuras de Pedrinho - livro III*, primeira edição em janeiro de 1955; *Leituras de Pedrinho e Maria Clara - livro IV*, primeira edição em 1956 e *Pedrinho e o mundo - livro V*. Esse último volume, apesar do autor e da Editora sempre mencionarem nas propagandas e descrições da *Série*, parece não ter sido publicado. A *Série* conta, ainda, com a publicação da cartilha *Upa, Cavalinho!*, cuja 1ª edição data de 1956/7; chegando a 2.070.000ª edição, em 1970 (BERTOLETTI, 2006, p.73).

Destinada ao ensino da leitura e da escrita, na fase inicial às crianças das escolas públicas primárias brasileiras, segundo Mortatti (2000), a *Série* é saudada como esforço de renovação e marco de uma nova fase na história do livro de leitura brasileiro, alcançando grandes tiragens entre 1953 e 1970. Segundo o próprio autor, o mérito da série era “estimular

² Conforme destaca Valdemarin (2010, p. 89), convém ressaltar que a expressão Escola Nova, largamente difundida, abriga de modo impreciso diferentes propostas para a renovação escolar produzidas no século XX.

³ Fundada em 1890, a Companhia Melhoramentos mantinha vínculos com professores da Escola Normal Caetano de Campos como Lourenço Filho, por exemplo, que foi convidado a orientar diferentes coleções que a Melhoramentos publicou dedicadas à ficção para crianças, obras escolares e textos sobre educação, inclusive os seus próprios. A Companhia Melhoramentos abrigava uma parte dos chamados *escolanovistas*, como o próprio Lourenço Filho, em concorrência com a Companhia Editora Nacional.

o desejo de ler, e de ler com compreensão, de forma produtiva. É a primeira série de leitura escolar a cuidar dos problemas das relações humanas no lar, na escola, na vida social” (LOURENÇO FILHO, 1955, c.c.), conforme se encontra escrito na contracapa do Livro I.

Estes livros de leitura foram utilizados na escola primária pública no território nacional e pode-se pensar em um desejo de normatizar comportamentos, internalizar regras e preceitos para a formação do *bom cidadão* bem como contribuir para a formação do caráter cívico em um período em que a vida nas cidades se firmava, onde se definiam regras para o controle e contenção de sentimentos e ações, produzindo uma certa experiência do que é ser civilizado, polido, saudável e educado.

Estudar os textos das lições de leitura propostas nestes manuais escolares justifica-se para tentar compreender o repertório de vivências/civilidades dessas épocas que permitam apreender mudanças e permanências nos protocolos de civilidade que se constituíram em diferentes temporalidades. Segundo Chopin (2002, p. 14), os manuais são “depositários de um conteúdo educativo, e têm o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades, (mesmo o saber ‘ser’) os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se”.

Através da análise de variados textos das lições nestes manuais escolares pode-se perceber um processo de codificação de regras e padrões desejados, informado por diferentes saberes e discursos que cumpriam um dos objetivos a alcançar para a educação escolar. Matéria de longos tratados, sempre enunciada à maneira do *dever ser*, encarnada em dizeres e regras, os *protocolos de civilidade* podem ser considerados como formas de racionalização do cotidiano e se confundem com a repressão dos sentimentos que, num estágio de *civilização*, propicia o “abrandamento das pulsões” (ELIAS, 1993), que se tornam socialmente aceitáveis apenas se reprimidas, motivação perseguida pela instituição escolar.

Norbert Elias considera que o padrão de comportamento de cada período na história está determinado por valores particulares e estruturas sócio-políticas que se expressam em seus códigos de boas maneiras e alerta que, hoje, “são tão fortes a censura e a pressão da vida social que formam os hábitos, que para o jovem há apenas uma alternativa: ou submeter-se à forma de comportamento exigida pela sociedade ou ficar excluído da sociedade bem educada” (ELIAS, 1993, p.183).

Considerada distintiva, a civilidade é entendida aqui como uma experiência construída historicamente ao longo do tempo, não como uma coisa *natural*. Ela ordena a vida em sociedade, em um conjunto de conselhos e é trabalhada aqui na perspectiva “anunciada como modo de dever ser, que visa transformar em esquemas incorporados, reguladores, automáticos

e não expressos das condutas, as disciplinas e censuras que ela enumera e unifica numa mesma categoria” (CHARTIER, 2004, p.48).

A *Série* em estudo, para além de seu processo de produção, circulação e uso, procurou, de acordo com Batista e Galvão, “integrar [...] na análise dos conteúdos formativos dos livros, os procedimentos que buscam impor uma leitura dos temas e motivos abordados e que buscam torná-los, de fato, conteúdos formativos” (2003, p. 167).

Assim, encontra-se na contracapa do livro I, “Pedrinho”, o seu mérito explicitado:

Atente às exigências da evolução psicológica da criança a aos objetivos dos programas de ensino. Estimula o desejo de ler, e de ler com compreensão, de forma produtiva. É a primeira série de leitura escolar a cuidar dos problemas das “relações humanas” no lar, na escola, na vida social. É também a primeira a graduar o vocabulário, as formas de construção e as gravuras, segundo os resultados de pesquisas realizadas com crianças brasileiras. Concorre, por tudo isso, para que o trabalho escolar transcorra num ambiente de verdade, alegria e beleza. (LOURENÇO FILHO, 1964, s.p.).

Pedrinho, o primeiro volume da *Série*, era indicado para crianças de 7 (sete) ou 8 (oito) e tinha o intuito de *criar ou reforçar no aluno o gosto de ler, ou a necessidade de ler*. O livro discorre em suas 64 lições (ou histórias), de uma maneira geral, sobre família e escola. Segundo o próprio autor o livro se destinava à:

[...] delicada fase de transição entre o período de aprendizagem inicial, a da cartilha, e o dos primeiros ensaios de leitura corrente, de especial relevância na fixação de hábitos e atitudes, ou disposições favoráveis ou não ao perfeito desenvolvimento do processo. Poderá e deverá este livro tal seja o nível de maturidade dos alunos e adiantamento alcançado, ser logo utilizado ao fim dos primeiros meses de estudo no primeiro ano escolar, ou então, no primeiro semestre do segundo ano (Ibid., p. 125).

As ilustrações quase sempre mostram os três irmãos - Pedrinho, Maria Clara e Zezinho, e estão relacionadas à infância, às brincadeiras, aos brinquedos, à escola, à família, à casa, à cidade, aos animais, à natureza, à história do Brasil, aos meios de transporte, ao patriotismo, ao trabalho, a cenas de leitura etc.

Ocupando geralmente duas páginas, as lições trazem histórias escritas com letra de imprensa de tamanho uniforme, mesmo nos títulos. Estes por sua vez são destacados em negrito e numerados de 1 a 64. Há uma sequência cumulativa nas histórias, que começa com a apresentação do personagem principal, Pedrinho, e posteriormente os irmãos Maria Clara e Zezinho, a família, a casa, o jardim e o quintal da casa, a rua, as profissões etc., até chegar à

última história, que se refere ao país representado pela bandeira e pelo mapa. Enfim, do mais particular ao mais geral.

Ao final de cada lição há atividades para serem feitas, geralmente vinculadas ao texto lido. Nesse ínterim, intercalam-se poesias, versos, prosa, músicas. Dessa forma, afirma-se o método intuitivo ou lições de coisas, que previa o ensino do simples para o complexo, do particular para o geral, do concreto para o abstrato, da síntese para análise, do conhecido para o desconhecido em que descrições detalhadas dos seres e acontecimentos, bem como a utilização de desenhos/gravuras evidenciavam relação de contiguidade de sentido dos textos.

Com Batista, explicita-se a relevância da Série de Leitura Graduada Pedrinho:

A leitura parece ganhar certa autonomia em relação aos conteúdos dos textos. [...] Essa obra, que trouxe como principal inovação, além da apresentação gráfica cuidadosa, o planejamento do conteúdo e a especificação dos objetivos de ensino por série, marca o surgimento de novos padrões que terminaram por influenciar o conjunto da produção posterior. Os livros trazem exercícios de compreensão de textos, incluindo o estudo do vocabulário, explicações gramaticais, explicitando, em suas diferentes seções, a preocupação com a organização e a sistematização do trabalho didático. Apesar de conter textos com conteúdos informativos e também formativos, a ênfase do livro está num conjunto de habilidades discretas de leitura e não nos conteúdos dos textos. (BATISTA, 2002, p. 42).

Na página 30, na lição denominada “A escola de Pedrinho”, o autor discorre sobre a importância da escola, do que se aprende lá: “*Assim ele vai conhecendo o que é certo e o que é errado, o que é bom e o que é mau, o que deve fazer e o que não deve fazer*”. Há nesta lição a ilustração que mostra também a importância da escola e, mais que isso, a relevância da leitura, pois nela há Pedrinho à frente da sala de aula, boa postura, com o livro aberto, lendo para os colegas que permanecem sentados acompanhando a leitura, com seus livros abertos. No quadro da sala de aula está escrito “O Brasil é nossa terra”, em consonância com o patriotismo, uma prática constitutiva da civilidade escolar do período.

Na lição 3, intitulada “A casa de Pedrinho”, veicula-se uma descrição de hábitos de higiene, uma espécie de civilidade para com o corpo:

A casa do Pedrinho está sempre bem arrumada e limpa. Tão bem arrumada e limpa que faz gosto! A limpeza é necessária. É necessária em nosso corpo, em nossas roupas e em nossa casa. Venha visitar a casa do Pedrinho. Você há de gostar dela, porque ela é bem arrumada e muito limpa. Todos gostam de coisas bem arrumadas e limpas. Todos, toda a gente. (LOURENÇO FILHO, 1964, p. 10-11).

O texto reforça que se deve ter hábitos de higiene em várias instâncias, além da casa, temos que ter asseio e limpeza no corpo, nas roupas, etc. Esse hábito é reforçado na lição 15, “No caminho da escola”, pois Pedrinho observa que algumas pessoas têm mais asseio com suas casas e jardins e outras são desleixadas, sobre as casas ele diz: “Umam estão pintadas de novo, outras já têm a pintura muito gasta. Pedrinho vê alguns jardins. Três ou quatro deles são bem tratados, mas outros estão descuidados” (Ibid., p. 32). O quintal, a pintura da casa, o jardim seriam uma extensão da casa, devendo assim estar limpo e arrumado.

Há lições em que são exacerbadas a disciplina e a hierarquia, onde é possível perceber prescrições a elas relacionadas: “Disciplinado quer dizer que sabe receber e cumprir ordens. Sem disciplina nada anda bem, nem nas casas, nem nas escolas, nem nas fábricas, nem em parte alguma. Devemos saber obedecer para mais tarde saber mandar” (Ibid., p. 25).

A representação de trabalho associada ao progresso apresenta traços de uma civilidade compatível ao momento de industrialização/modernização da época e pode ser encontrada, por exemplo, na lição 12, intitulada “A bandeira”, que explica nos seguintes termos a frase “ORDEM E PROGRESSO”, apresentada na bandeira brasileira: “Isto quer dizer que todos os brasileiros devem ser ordeiros, disciplinados, e que devem trabalhar e estudar para que o Brasil seja cada vez mais adiantado. Progresso quer dizer vida mais adiantada, vida melhor para todos” (Ibid., p. 27)

Os exemplos expostos evidenciam preceitos de civilidade veiculados nas lições que compõem esta *Série*, aspecto que nos permitiu refletir acerca de como a leitura escolar foi uma das formas de socialização da criança, pela construção de um imaginário infantil através de modelos comportamentais desejados/esperados pela sociedade e onde a repetição dos temas considerados convenientes é idealmente mostrada pela aprendizagem de virtudes que se expressam em uma linguagem com instruções morais. Com textos escritos em tom agradável e plenos de situações diárias e corriqueiras, alunos e alunas foram formados/as e recebiam regras de bom tom para o convívio social mais civilizado além de reforço para práticas patrióticas ligadas aos símbolos nacionais, notadamente Hino e Bandeira.

A revista *Pais & Filhos* e a educação dos pais leitores

A revista *Pais & Filhos*, lançada em 1968 pela Bloch Editores S.A., tem como proposta editorial discutir aspectos relacionados à saúde, à educação e ao comportamento das crianças e de suas respectivas famílias. Em circulação, *Pais & Filhos* é atualmente produzida

pela Editora Manchete, tratando-se de uma das publicações de maior longevidade do mercado brasileiro.

A pertinência da publicação para a pesquisa em História da Educação é justificada por seu papel divulgador de discursos e práticas de cuidado e educação das crianças, dirigidas às famílias, o que vai ao encontro das reflexões pautadas em perspectivas históricas e culturais que consideram a imprensa periódica como um constructo social (CASPARD-KARYDIS, 2005).

Apesar de não possuir um caráter especificamente escolar ou de estar diretamente ligada à profissão docente (NÓVOA, 2002), *Pais & Filhos* atuou como um espaço de educação não institucionalizado, permeado pelo debate de ideias pedagógicas e pela diversidade de objetivos educativos dispostos em suas páginas.

No exame de edições veiculadas nos anos de 1960 a 1980, verificou-se a articulação da revista ao contexto social mais amplo de discussão do lugar social da criança como sujeito, cidadã e detentora de direitos, assim como às mudanças sociais experimentadas também no âmbito da própria família no Brasil.

No âmbito das famílias de classes médias e altas, principal público leitor almejado pela equipe de *Pais & Filhos*, mais do que nunca os filhos ocupavam o centro da família, sendo objeto de investimentos econômicos, educativos e, especialmente, afetivos. A criança remete à esperança de um adulto civilizado, empreitada que recai, sobremaneira, na própria civilização das relações familiares entre pais e filhos.

A veiculação da representação de família “moderna e civilizada” na revista, efetivada por meio da estratégia de se educar os pais-leitores, ilustra a vigência de um período de transição no qual as relações entre pais e filhos mais antigas, estritamente autoritárias, e outras mais recentes e igualitárias, coexistem em ambas as formas, permutadas no âmbito das próprias famílias (ELIAS, 2012, p. 471).

Tais imbricações são perceptíveis em vários artigos publicados, na medida em que se reconhece a vigência de um ideal de família moderna e a dificuldade de muitos pais efetivarem esse ideal.

Na família moderna, tudo é decidido de comum acordo: sem abdicar de nada, os pais procuram saber o que os filhos pensam a respeito dos problemas de interesse comum e levam em conta suas opiniões. Mas nem todos agem assim: com frequência os filhos reclamam que ‘não somos ouvidos nem cheiramos’, mesmos nas coisas mais simples, como o programa de TV de todas as noites. Sem querer, os pais estão criando uma fonte de conflitos. (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, jan. 1971, p. 50).

O trecho em destaque, proveniente do artigo “Seu filho participa das decisões da família?”, assinado por Ronaldo Lobato e com consultoria do psiquiatra Osvaldo Santos, sugere determinado entendimento da família moderna, como aquela em que seus membros dialogam a fim de decidir detalhes da vida em comum acordo. Todavia, o próprio texto confirma a impossibilidade de alcançar o ideal democrático do diálogo, pois nem sempre os pais dariam ouvidos aos filhos.

Nesse sentido, a publicação fornece aos leitores um discurso educativo e, ao mesmo tempo, culpabilizador dos pais que “criam fontes de conflitos” com a ausência de escuta. Fazia-se necessário, a esses sujeitos, um maior autocontrole de suas ações. Aí está a relevante função civilizatória da revista, de fornecer, a cada edição, lições de como os pais poderiam cuidar e amar seus filhos.

Para Norbert Elias, o processo civilizador transcorreu de modo tão eficiente nas sociedades modernas que se tornou para os indivíduos uma espécie de “segunda natureza”, pois conduz a “um autocontrole automático, um hábito que, dentro de certos limites, funciona também quando a pessoa está sozinha” (ELIAS, 1994, p.142). Nesses termos, ser civilizado é ser capaz de manter seu autocontrole constante e diferenciado.

No entanto, como o autocontrole funcionaria no âmbito individual? No mundo civilizado, ele é exercido por pressões que atuam sobre o indivíduo, produzindo uma transformação de toda a economia das paixões e afetos, rumo a uma regulação mais contínua, estável e uniforme dos mesmos, em todas as áreas de conduta e em todos os setores de sua vida. Por outro lado, a aprendizagem do autocontrole não se desenrola de modo afastado da dimensão social, já que transcorre, ao mesmo tempo, de forma individual e coletiva, inserida em redes de interdependência (ELIAS, 1993, p. 196).

As ações que colaboram para a construção práticas de regulação e uniformização dos sujeitos podem ser verificadas no contexto organização do espaço doméstico, na medida em que o movimento civilizatório sobre a família tornou público modos de vida e hábitos até então circunscritos à esfera privada. Visando à implantação de práticas sadias de cuidado e educação das crianças, a organização mais interna da família foi alvo do escrutínio científico, como exemplificado pelos discursos a respeito do momento de dormir.

O que fazer com este visitante noturno? É difícil dizer não àquele pequenino que se encontra ao lado da cama, quase implorando para ser aceito lá. Sem dúvida, permitir é o caminho mais fácil, embora não seja uma boa solução. Trata-se de um hábito perigoso e que deve ser evitado. Afinal, há muitas outras formas de afastar a sensação de solidão e o medo que ataca a criança

no meio da noite. E ela deve entender que seu lugar está reservado no coração dos pais, mas não em sua cama. (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1987, p.16).

O trecho da matéria “Dormir na cama dos pais”, assinada por Cristina Dória e com consultoria da psicóloga clínica Márcia Spada, desde o início recrimina a prática familiar de as crianças dormirem na mesma cama dos pais, caracterizando-a como “hábito perigoso que deve ser evitado”. Por outro lado, o acionamento da consultoria especializada em Psicologia revela o interesse da revista em orientar os pais a respeito dos fundamentos psicológicos do comportamento demonstrado pela criança que se recusa a dormir na própria cama.

Na sequência da matéria, divulgou-se determinado papel a ser desempenhado pelos adultos, considerando a importância da relação afetiva, associada à imposição de limites sociais:

Além de se relacionar afetivamente com as crianças, o papel dos pais é mostrar o mundo para elas. Até a fase pré-escolar, a realidade familiar é vivida como o único mundo existente. À medida que o pequeno vai se desenvolvendo, no entanto, irá enfrentando novas maneiras de viver, e, a partir do que lhe foi ensinado e até imposto como regras, poderá discernir o melhor para si mesmo. Antes dessa fase mais madura, no entanto, cabe aos pais traçar o caminho, impor limites, dizer não. Também uma forma de mostrar carinho. Assim, eles precisam saber, primeiro, como funcionam as coisas dentro de sua casa: que cada um tem seu quarto, sua cama, seu espaço. Igual a comer e estudar, dormir também tem sua hora e suas regras. Aos pouquinhos, vai sendo introduzido o princípio da realidade, onde nem tudo é permitido. O que se aprende com isso? Que até o prazer tem seus limites (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1987, p. 17).

De acordo com o texto, o papel a ser desempenhado pelos pais na educação das crianças deveria ser permeado por uma clara dimensão civilizatória de impor limites e mostrar “como as coisas funcionam” no mundo. Chama a atenção a concepção de desenvolvimento infantil marcado por um sentido progressivo e associado à inserção escolar e à incorporação de um modelo de família cuja casa é caracterizada pela individualização dos espaços.

Como de praxe na publicação, não bastava apenas apontar o problema vivido pelas famílias, como era o caso de crianças que queriam dormir na cama dos pais. Sua função educativa incidia principalmente na exposição de estratégias para solucionar as situações narradas, como foi o caso do medo noturno.

Ao invés de levar o filho para a cama do casal, recomendava-se aos pais que deixassem uma luz acesa no quarto da criança e, em último caso, caberia o “sacrifício” de

levantar-se para acalentá-la. Além disso, a questão do espaço para o “cantinho” da criança foi apontada no texto, sugerindo-se a improvisação de uma divisória para separar a criança dos pais naquelas famílias em que não havia condições financeiras de oferecer um quarto próprio.

Tal constatação reforça o caráter de individualização tão marcante na sociedade civilizada e a dimensão econômica que exercia influência nessas práticas culturais. Sendo assim, a despeito do interesse da publicação em associar a explicação psicológica a uma perspectiva mais verdadeira ou naturalizada possível, fez-se necessário considerar os aspectos históricos, sociais e culturais dessa questão.

O discurso que valoriza uma independência da criança capaz de dormir sozinha em seu quarto é fruto de um processo civilizatório de longo prazo. No âmbito das relações pais-filhos, Norbert Elias demonstrou que na sociedade medieval, por exemplo, as crianças pertenciam ao mundo cotidiano dos adultos e, por isso, frequentemente dormiam na cama paternal. Nesses termos,

Não se considerava nem mesmo a possibilidade de separar as crianças dos adultos, reservando-lhes um cômodo próprio da casa. Os quartos para crianças surgem, mais ou menos, a partir dos séculos XVI e XVII e apenas nas casas dos mais ricos. Sua existência, como parte normal de um apartamento de família, nas camadas mais pobres, surge paulatinamente no curso do século XX. Como sempre, as transformações nos hábitos de moradia simbolizam, de maneira extraordinariamente plástica, as mudanças nas relações humanas, nesse caso, nas relações de pais e filhos. (ELIAS, 2012, p. 478).

A recorrência do discurso em prol da individualização da infância exige atenção para um outro aspecto, o da apropriação de uma cultura civilizada e burguesa. Esta frequentemente desconsidera as condições econômicas das famílias e valoriza um modelo de organização doméstico-familiar em detrimento de outros arranjos familiares e de formas diversas de ser criança. A ideia de ser livre e independente em um espaço individualizado não é natural, e sim construído no âmbito de determinada cultura.

Não se pode negar, contudo, que a valorização da individualização da vida familiar expôs uma linha civilizatória articulada ao discurso em prol do amor pelos filhos. É exemplo do processo de civilização e de mudança na relação entre pais e filhos a domesticação das necessidades físicas, que tem na criança um importante alvo de empenho educativo, aspecto igualmente ilustrado na revista em matérias a respeito do período de desfralde.

Havia claramente um discurso de apropriação da teoria psicanalítica que chamava a atenção dos pais para a especificidade e para a importância desse período no desenvolvimento

da criança. O artigo “O trono do reizinho”, assinado por Laís Gama e Silva com a colaboração dos consultores José Francisco Gama e Silva, psicólogo clínico, e Dr. Jayme Vaisman, da equipe de pediatria de *Pais & Filhos*, orientava os leitores a respeito do uso do “troninho” pela criança. Para tal, fazia referência à obra do psiquiatra e psicanalista Donald W. Winnicott:

Lembro-me de um trecho do livro “A criança e a família”, do Dr. D. W. Winnicott, psicanalista inglês, que diz: “A palavra adestramento sempre me fez pensar em cuidado com os cachorros. O cachorro, porém, não precisa crescer até converter-se em um ser humano, de modo que quando nos referimos a um bebê, devemos partir do começo e o melhor é ver até que ponto podemos deixar de lado a palavra adestramento”. Nenhuma pressão vinda de fora apresenta bons resultados, porque a criança se desenvolve de dentro para fora. A pediatria aponta a maturação progressiva do sistema nervoso como a determinante da ocasião ideal do controle dos esfíncteres. E esta maturação acontece em torno dos 18 meses. A explicação foi dada pelo pediatra. (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 5, jan. 1969, p. 17).

O discurso científico em torno da infância é valorizado em detrimento de práticas sociais correntes em relação ao desfralde, prevalecendo a maturação biológica como elemento relevante para o controle das necessidades fisiológicas. Importa também a afirmação de que o desenvolvimento da criança se dá de dentro para fora, valorizando-se uma dimensão individual. Em contrapartida, subestima-se uma perspectiva histórico-cultural, segundo a qual os processos interativos ocorridos no meio cultural são fundamentais para o desenvolvimento humano.

A concepção de controle das funções biológicas como um processo de aprendizagem também foi apresentada em matéria publicada em 1981:

Aos 18 meses, seu filho atinge uma maioria parcial: já é capaz de usar o troninho como gente grande. É nessa idade que seu cérebro atinge maturidade suficiente para controlar os esfíncteres, músculos responsáveis pela eliminação da urina e fezes. Até esse ponto, a natureza agiu sozinha. Agora, é preciso que você entre em cena para ensinar os hábitos de higiene ao bebê. Descubra aqui qual o momento certo para começar o ensinamento e como fazê-lo, sem causar problemas para a criança (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 12, ago. 1981, p. 58).

No artigo “O troninho, um aprendizado que exige tempo” assinado por Simone Fernandes e que teve como consultor especializado o pediatra Paulo Roberto Alves Lopes, descreveu-se o contexto biológico de desfralde e controle das necessidades biológicas, marcando-se a dimensão etária da criança (18 meses).

Na sequência do texto, há grande valorização da importância do adulto no que diz respeito ao acolhimento emocional e no ensinamento de hábitos de higiene ao bebê, em detrimento da concepção anteriormente discutida de uso do “troninho” como mera habilidade treinada:

Não é preciso se preocupar se a criança chegou aos três anos e ainda não aprendeu a usar o troninho. Isso acontece a muitas, sadias e sem problemas de qualquer espécie. O fato significa apenas um ritmo de desenvolvimento mais lento, mas ainda assim dentro dos limites normais. Cada criança é um indivíduo com características próprias e se você souber compreender e respeitar a personalidade de seu filho, esteja certa, ele irá retribuir da mesma forma. (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 12, ago. 1981, p. 60).

Novamente, foi descrita a especificidade do processo de desfralde em relação ao desenvolvimento infantil. Por outro lado, apresentou-se como diferencial, na argumentação, o deslocamento do marco temporal padrão aos 18 meses em prol do reconhecimento do ritmo próprio de cada criança.

Não obstante, o caso da domesticação das necessidades fisiológicas exemplifica como o processo civilizador conectou, historicamente, os aspectos psicogenéticos com os sociogenéticos, já que “em tempos passados, era possível dar vazão às necessidades naturais em público em uma medida muito maior do que o é hoje. Não se sentia tanta vergonha ao ser visto nesses momentos por outras pessoas” (ELIAS, 2012, p. 480).

Uma perspectiva civilizatória também foi identificada em matérias pertinentes à divulgação de conhecimentos médico-higiênicos, como na apresentação do artigo “A higiene – saiba os primeiros cuidados”:

Cuide, com carinho, da higiene de seu filho. Desde os primeiros dias. Mas cuide também para que ele próprio vá adquirindo o hábito de manter-se limpo, banhando-se, escovando os dentes, lavando as mãos antes das refeições, penteando-se. Não imponha nada. Faça com que assimile os novos costumes, progressivamente, entendendo o que é importante e saudável. Não uma obrigação. A boa saúde depende também da higiene. (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 2, out. 1976, p. 24).

Edna Maria dos Santos, com consultoria dos pediatras Geraldo Leme e Gabriel Cunha, expôs determinada concepção de higiene, como costume que favorece a “boa saúde”. Inserido no âmbito de um processo educativo que tinha origem no cuidado higiênico dos pais, desde os “primeiros dias” de vida, tal ideário tinha como horizonte de expectativa a formação de uma criança autônoma e capaz de manter tais hábitos ao longo da vida.

A dimensão de apropriação da cultura higiênica foi valorizada como algo importante para a constituição do sujeito no decorrer do artigo, no qual se argumentou que esse tipo de saber não deveria ser imposto, mas adquirido de modo inconsciente e processual. A mãe assumiria importante papel de mediadora dessas ações, a partir do exemplo dado em momentos como troca de fraldas e banho, por exemplo.

De fato, não se pode negar que higiene e saúde são duas categorias temáticas relevantes no âmbito de *Pais & Filhos*, veiculadas em todas as edições da revista por meio de artigos, cartas de leitores, suplementos destacáveis e propagandas de produtos diversos. Todavia, o artigo “Entre para o batalhão da saúde” mereceu um olhar específico⁴, devido ao modo com que abordou a construção dos hábitos alimentares na infância e colaborou para a responsabilização da família no âmbito da educação alimentar.

Talvez tenham sido os próprios pais que apresentaram as hortaliças às crianças de forma meio desajeitada. Pois é bem verdade que elas preferem todo tipo de comidinhas às tão bonitas verduras e aos coloridos legumes. Mas as hortaliças também podem se tornar atraentes para as crianças. Se elas fizerem parte da alimentação de toda a família, se os adultos realmente demonstrarem prazer em comê-las (e não apenas as empurrarem sobre os pequeninos, ‘porque você precisa disso...’), as crianças vão aceitá-las com a naturalidade com que comem o arroz e feijão diários. Elas fazem bem a todo mundo, mas principalmente às crianças e, além disso, são muito mais gostosas. Quem ainda não descobriu que descubra. (REVISTA PAIS & FILHOS, n. 9, maio 1984, p. 77).

Assinado por Elaine Sondermann, com consultoria de Maria Helena de Lacerda Nogueira, professora de nutrição Materno-Infantil da Universidade Federal Fluminense, e Flávio Zanatta, especialista em alimentação natural, o artigo indicava que as crianças não costumariam apreciar verduras e legumes. A despeito dessa representação, os pais foram culpabilizados pela “forma desajeitada” pela qual apresentavam os alimentos e foram orientados a servir de exemplos aos filhos, incluindo tais produtos no repertório à família e demonstrando prazer em consumi-los.

O texto abordou a importância da alimentação saudável, especialmente no caso das crianças moradoras das áreas urbanas. Estas foram caracterizadas pelo gosto de comer “bife com batata frita”, devido à proximidade de lanchonetes. Nessa linha argumentativa, marcou-se o caráter explicativo dos benefícios do consumo de verduras e hortaliças para a saúde, especialmente no caso do desenvolvimento infantil.

⁴ O emprego do termo “batalhão da saúde” é aspecto de permanência do projeto médico-higiênico efetivado nas primeiras décadas do século XX, que teve a educação como “arte de dirigir” por excelência e que se materializou em práticas disciplinares mais ostensivas, empreendidas no ambiente escolar, associadas às formas de prescrições mais sutis, voltadas ao âmbito doméstico. A esse respeito, conferir: CUNHA, 2013; ROCHA, 2003.

Em seguida, a redatora também alertou para a necessidade da devida higienização dos alimentos e para o perigo do uso dos agrotóxicos, incentivando o cuidado com a procedência dos produtos. Nesse contexto, a matéria informou a criação da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Rio de Janeiro, instituição que teria divulgado na imprensa uma série de denúncias a respeito do uso de agrotóxicos em produtos como cenoura e tomate, que deveriam ser evitados. Verifica-se, assim, a articulação de saberes do campo da Nutrição, da Higiene, da Pediatria e da Agronomia em torno da família, por meio do foco na alimentação e na saúde.

A permanência da veiculação de uma educação higiênica e a necessidade de manutenção desse discurso por meio do impresso até momentos históricos mais recentes revela, ainda, a dimensão social e cultural desses princípios, com forte viés civilizatório e de classe, que encontraram resistências e críticas por parte dos sujeitos pertencentes aos variados grupos sociais. O controle social desejado pelo Estado e pelo campo científico deve, então, ser compreendido como processo dinâmico, que se constrói e reconstrói, em uma malha de poder que opera no espaço de estratégias e táticas.

A vacinação, por exemplo, diz respeito a uma iniciativa familiar que interfere no contexto mais amplo da sociedade. Não custa lembrar que, na história do Brasil e da própria cidade do Rio de Janeiro, a ação estatal de vacinar a população foi alvo de polêmica e até mesmo de manifestações, como foi o caso da *Revolta da Vacina*⁵. Nesse sentido, um discurso educativo e ancorado nos preceitos médico-higiênicos deveria ser veiculado constantemente, com a finalidade de esclarecer as famílias a respeito do benefício da vacinação e de evitar conflitos sociais.

Em *Pais & Filhos*, por exemplo, observa-se com frequência tal ação, exemplificada pela matéria intitulada “Vacinas, elas garantem a saúde de seu filho”:

Tomar vacina dói? Às vezes. Mesmo que seja aplicada com pistola, existe uma sensação desagradável para criança. Tem ainda o problema da reação, que pode ser muito ruim. Mas, veja bem: que existe o dado real, da dor e do desconforto, existe também, por trás daquele líquido injetado ou daquela simples gotinha, o verdadeiro arsenal de defesa para o organismo de seu filho. Ele estará, a partir daí, imunizado contra doenças seríssimas que, se não fazem parte do nosso dia a dia, hoje, é justamente por causa das vacinas. Portanto, leve a sério, não deixe para outro dia. A vacinação é um ato de

⁵ A Revolta da Vacina foi uma manifestação popular que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, de 10 a 16 de novembro de 1904, contra uma campanha de vacinação obrigatória proposta pelo sanitarista Oswaldo Cruz. Para saber mais, conferir: SEVCENKO, 1989.

amor, tanto quanto qualquer outro cuidado que você possa ter com seu filho.
(REVISTA PAIS & FILHOS, n. 6, fev. 1986, p. 45).

Regina Eleutério, com consultoria de Dr. Arildo Franco (professor-adjunto de Pediatria e Neonatologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), assinou este artigo que empreende uma campanha educativa em prol da vacinação. O texto apresentou as principais vacinas a serem tomadas pelas crianças, como a BCG, dada no primeiro mês de vida. Tratou das principais reações que as crianças poderiam ter e valorizou, ainda, o cumprimento do calendário de vacinação em vigor no país naquele período.

Na matéria, a partir do exame de seu conteúdo, prevaleceu a função de imunizar as crianças de doenças consideradas sérias em detrimento dos sentimentos e sensações que a vacina poderia causar. Aos pais, caberia a ciência dos benefícios do produto e do calendário de vacinas. Veiculou-se uma representação de cuidado médico-higiênico como um “ato de amor”, o que remete a uma dimensão privada e individualizada da vacinação, em contraponto à influência dessa ação no campo da saúde pública. Vê-se, portanto, como o discurso higiênico, que em grande medida visa à saúde da população, faz uso do “amor pelos filhos” para cumprir seu papel.

Considerações Finais

Tanto a *Série de Leitura Graduada Pedrinho* como a revista *Pais & Filhos* são publicações impressas devotadas, sobretudo, à difusão de normas, condutas e valores para a educação de crianças dirigidas às próprias, como nos manuais escolares, ou às suas famílias, como na publicação voltada para mães e pais.

A *Série de Leitura Graduada Pedrinho*, de autoria do Manoel Bergström Lourenço Filho, se impôs na escola pública brasileira desde seu aparecimento em 1953 até a década de 1970, como nos informam suas altas vendagens, perceptíveis pelo número de suas edições já citadas. Suas lições transmitiam e reforçavam hábitos morais, cívicos, patrióticos, regras de civilidade, disciplina, higiene, trabalho, levando várias gerações a partilharem textos que construía a ideia da pátria moderna e civilizadora.

Como autor didático, Lourenço Filho conciliou antigos e novos procedimentos e se apropriou de experiências cotidianas para solidificar a crença no poder da leitura e dos livros para a mudança de mentalidades. Nas lições da *Série* é possível encontrar uma linha de

continuidade com os manuais ditos tradicionais, seja mediante o uso de expedientes como o ensino por meio das viagens, seja pelo acento na formação patriótica e moral.

Em que pese terem ficado antigos, os manuais escolares constituem, hoje, uma fonte relevante para a configuração da historiografia da educação e da leitura de um importante período da vida nacional (desde a implantação da República até meados do século XX) e, para além de um objeto de uso restrito ao ambiente escolar, consiste em um artefato que permite conhecer representações de toda uma maneira de conceber a leitura e praticar o seu ensino.

São, igualmente, fontes para estudos a respeito de uma pretendida homogeneização cultural, para a qual a escola poderia concorrer poderosamente: todos irmanados com o mesmo sentimento pátrio e identificados, por meio das práticas escolares, com os mesmos rituais, heróis, símbolos. Ter como autor um nome consagrado no campo educacional como Lourenço Filho, agregava valor à *Série* e qualificava, sobremaneira, as propostas para a leitura firmando-as como um paradigma, um modelo positivo de identificação para professores e alunos.

A revista *Pais & Filhos*, por sua vez, atuou tanto na divulgação de conceitos forjados no campo científico, quanto na reconstrução dessas ideias, fornecendo contornos próprios a partir da relação com seus leitores. Contudo, vale notar a perspectiva de racionalização desses grupos sociais, com claras marcas de pertencimento às classes médias e altas da sociedade, confinando outras experiências de vida familiar ao silenciamento e apagamento.

No que diz respeito à abordagem civilizatória, de modo recorrente, a revista forneceu aos leitores um discurso educativo e, ao mesmo tempo, culpabilizador de pais “criadores de conflitos”, mobilizados pela ausência de escuta aos filhos. Fazia-se necessário, a esses sujeitos, um maior autocontrole de suas ações, a fim de expressar um comportamento tido como civilizado. A civilidade foi valorizada no âmbito do microcosmo da família, em relação à forma de convívio, à organização da casa e de seus respectivos cômodos e aos cuidados médico-higiênicos.

As representações de família veiculadas em inúmeras matérias examinadas demonstraram a continuidade de um movimento científico-discursivo que pretendia que determinados campos de saberes efetivassem o controle social sobre atividades antes assumidas pelos indivíduos ou por suas famílias. Em acréscimo, inúmeros indícios verificados nesta análise confirmaram a hipótese de que as famílias de classes médias e altas dos grandes centros urbanos eram o público leitor almejado pelos editores. A publicação, na condição de veículo educativo, visou tratar a família e, ao mesmo tempo, educá-la para o exercício de uma

autoridade parental que se distinguiria da prática do autoritarismo, possibilitando um autogoverno pelos próprios pais.

A *Série de Leitura Graduada Pedrinho* e a revista *Pais & Filhos* ao materializarem representações variadas de civilidade, caracterizam os impressos como lugares privilegiados de educação nos quais a família e a criança assumiram um novo lugar no cenário descrito [...] que se exprimiu, sobretudo, na importância atribuída à criança e à sua educação” (CABRAL, 2010, p. 23). Nessa linha argumentativa, a análise permitiu entrever, nas lições da *Série* e reportagens de *Pais & Filhos*, estratégias de intervenção na educação de crianças e das famílias.

Entre permanências e discontinuidades, pode-se encontrar, nestes impressos analisados, iniciativas que, sem linearidades simplificadoras e em temporalidades múltiplas, fornecem indícios acerca de como se processaram modos de formação de conduta por meio da criação de padrões de ação, tanto através de regras como pelo reforço a bons sentimentos o que nos faz considerar tais impressos como veículos de disseminação de propostas educativas à população brasileira.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Antônio Augusto Gomes e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Manuais escolares e pesquisa em História. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. **Lourenço Filho e a alfabetização: um estudo da Cartilha do Povo e da cartilha Upa, cavalinho!**. São Paulo: UNESP, 2006.
- CASPARD-KARYDIS, Pénélope et al. **La Presse d'éducation et d'enseignement**. 1941-1990. Répertoire analytique. 4 vol. Paris: INRP, 2003-2005.
- CHARTIER, Roger. **Formas e sentido**. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2003.
- CHARTIER, Roger. **Leituras e Leitores na França do Antigo Regime**. 1. Ed. São Paulo: UNESP, 2004.
- CHOPIN, Alain. O historiador e o livro. In: **História da Educação/ASPHE**, n.11(abr/2002), Pelotas, Editora da UFPel, 2002.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Folhas voláteis, papéis manuscritos: o Pelotão de Saúde no jornal infantil *Pétalas* (Colégio Coração de Jesus - Florianópolis/SC, 1945-1952). In: **Hist. Educ.** (Online), Porto Alegre v. 17 n. 40 Maio/ago. 2013, p. 251-266.

ELIAS, Norbert. A civilização dos pais. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 3 – set./dez. 2012, p. 469-493.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Uma História dos Costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de Civilizar**. Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Pedrinho**. Série de Leitura Graduada Pedrinho, v. I. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

MONARCHA, Carlos, LOURENÇO FILHO, Ruy. **Laurenço Filho**: uma bibliografia. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

MONARCHA, Carlos (Org.) **Laurenço Filho**: outros aspectos, mesma obra. Campinas: Mercado das Letras, 1997.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. IN: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.) **Educação em revista**: a imprensa pedagógica e a história da educação. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

REVISTA PAIS & FILHOS. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 5, jan. 1969.

_____. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 5, jan. 1971.

_____. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 2, out. 1976.

_____. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 12, ago. 1981.

_____. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 9, maio 1984.

_____. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 6, fev. 1986.

_____. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 2, out. 1987.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925). Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVA, Márcia Cabral da. **Infância e Literatura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos métodos e materiais de ensino: a escola e seus modos de uso**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOBRE AS AUTORAS:

Liana Pereira Borba dos Santos

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Colégio Pedro II/RJ – área Educação Infantil. Membro integrante do Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação – GRUPEEL (UERJ/CNPQ). E-mail: lianaborba@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-0617-4998>

Maria Teresa Santos Cunha

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora no Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na área de Patrimônio Cultural, e nos programas de pós-graduação em Educação e História. Bolsista produtividade em pesquisa do CNPq. Pesquisadora dos grupos de pesquisa Ensino de História, memória e cultura (UDESC) e TRANSFOPRESS Brasil - Grupo de Estudos da Imprensa em Língua Estrangeira no Brasil. E-mail: mariatsc@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0001-6200-6713>

Recebido em: 06 de março de 2019
Aprovado em: 04 de maio de 2019
Publicado em: 01 de janeiro de 2020